

## Considerações finais

Petrônio De Tilio Neto

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

TILIO NETO, PD. *Ecopolítica das mudanças climáticas: o IPCC e o ecologismo dos pobres* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Considerações finais. pp. 127-141. ISBN: 978-85-7982-049-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O último capítulo analisou as mudanças climáticas e seus efeitos sobre o cenário internacional segundo a ótica do IPCC, chegando a três importantes constatações. Primeiro, que o Ecologismo dos Pobres, com os conflitos ecológicos distributivos, é um instrumento adequado para explicar a situação das diversas regiões do globo diante das mudanças climáticas. Segundo, que as mudanças climáticas devem fazer com que, no futuro, os conflitos ecológicos distributivos se intensifiquem. E terceiro, que as tentativas de resposta às mudanças climáticas também devem potencializar os conflitos ecológicos distributivos.

Esse terceiro ponto é o que interessa mais diretamente a este estudo.

As três constatações precedentes são aferidas com base no que o IPCC afirma em seus relatórios – mais especificamente nos Resumos para Formuladores de Política do Quarto Relatório de Avaliação. E apesar deste trabalho ter sido elaborado sobre essas mesmas bases, seu objetivo é avaliar de forma crítica a autodeclarada neutralidade política do IPCC.

O Painel anuncia sua neutralidade em vários momentos. Ele afirma fornecer dados científicos importantes para os tomadores de decisão, sem tentar influenciar essas decisões em favor de qualquer ator ou grupo de atores. Afirmações desse tipo são especialmente comuns em seus relatórios, que são o canal de divulgação do seu trabalho, e expressam sua posição oficial. Eis alguns exemplos dessas declarações de neutralidade:

Quais são as características únicas que tornaram o IPCC tão bem sucedido? Um dos princípios mais importantes do IPCC é *ser relevante para a política sem ser prescritivo* <sup>34</sup> (16 YEARS ..., 2004, p. ii, grifo nosso, tradução nossa).

“Resumo para Formuladores de Política” é um componente de um Relatório (...) que fornece um resumo do mesmo, *relevante para a política, porém neutro do ponto de vista político* <sup>35</sup> (PROCEDURES ..., 2003, p. 2, grifo nosso, tradução nossa).

*Relatórios do IPCC devem ser neutros no que se refere à política, embora eles talvez precisem lidar de forma objetiva com fatores científicos, técnicos e socioeconômicos relevantes para a aplicação de determinadas políticas* <sup>36</sup> (PRINCIPLES ..., 2006, p. 1, grifo nosso, tradução nossa).

O objetivo aqui não é analisar a neutralidade *científica* do IPCC. Isso implicaria avaliar as técnicas e opções referentes às bases físicas e biológicas das mudanças climáticas. Tais procedimentos não fazem parte do escopo desta investigação, nem figuram entre suas competências. O objetivo deste estudo é analisar a neutralidade *política* do IPCC, isto é, sua imparcialidade quanto às políticas apresentadas como as mais adequadas para enfrentar as mudanças do clima. O IPCC afirma que avalia essas opções de resposta tão somente do ponto de vista científico, sem sugerir quais opções devem ser adotadas pelos formuladores de política. Mas independente até mesmo de sua declarada neutralidade científica, a avaliação que o Painel faz das opções de resposta tem um certo caráter prescritivo, pois de qualquer forma essas respostas influenciam as decisões dos políticos.

É bem verdade que as afirmações do IPCC já são discursos valorativos em potencial, posicionamentos parciais. Isso porque a forma de apresentação dos dados, e a própria seleção dos dados a serem apresentados, podem desde cedo estar contaminadas por algum tipo de parcialidade, consciente ou não, por parte do Painel. E isso independe dos dados estarem mais ligados às ciências físicas, biológicas ou humanas. Segundo Max Weber (2004, p. 96),

(...) o decisivo são as ideias de valor, prisma sob o qual consideramos a “cultura” em cada caso. A “cultura” é um segmento finito do decurso infinito e destituído de sentido próprio do mundo, a que o pensamento conferiu (...) um sentido e uma significação. (...) todo o indivíduo histórico está arraigado (...) em “ideias de valor”.

Não existe, pois, discurso possível sobre a realidade que não seja guiado por ideias de valor, nem escolha que não seja feita segundo valores. Todo discurso contém em si um pouco de quem o elabora ou transmite.

<sup>34</sup> What are the unique features that have made IPCC so successful? One of the most important principles of the IPCC is to be policy relevant but not policy prescriptive”.

<sup>35</sup> “Summary for Policymakers’ is a component of a Report (...), which provides a policy-relevant but policy-neutral summary of that Report”.

<sup>36</sup> “IPCC reports should be neutral with respect to policy, although they may need to deal objectively with scientific, technical and socio-economic factors relevant to the application of particular policies.”

Para analisar a neutralidade política do IPCC, das três perguntas do capítulo anterior a mais adequada é a terceira: *como as respostas que o IPCC aponta para as mudanças climáticas podem afetar os conflitos ecológicos distributivos?* Em outras palavras, ela indaga sobre os efeitos que as respostas listadas pelo Painel podem ter sobre a desigualdade distributiva das facilidades ecológicas. Essa pergunta está muito mais próxima das ciências humanas e da ecopolítica propriamente dita, na qual este estudo se insere. As duas primeiras perguntas (a descrição do mundo segundo as mudanças climáticas, e a projeção de sua evolução futura), da forma como são trabalhadas pelo IPCC, emanam principalmente de conhecimentos das ciências físicas e biológicas. Assim a terceira pergunta se apresenta como um caminho mais direto para se analisar o IPCC.

Procurar sinais de parcialidade do IPCC em temas ligados à terceira pergunta abre caminho, inclusive, para se buscar indícios semelhantes nas duas outras perguntas. Assim se torna possível verificar indiretamente evidências de parcialidade nas bases físicas e biológicas apresentadas pelo Painel, sem que seja necessário discutir essas ciências por dentro, e sem que o resultado seja uma obra de meteorologia ou de ecologia. Mas este estudo não almejava ir tão longe. Pretendia ocupar-se tão somente de temas ligados à terceira pergunta. Não faz parte de seu escopo verificar se o IPCC é imparcial ao tratar dos temas das duas primeiras perguntas.

Assim, concentrando-se sobre as respostas (adaptativas e mitigatórias) apontadas pelo IPCC, esta investigação chega ao seu Problema de Pesquisa:

*As respostas que o IPCC aponta para as mudanças climáticas são realmente neutras do ponto de vista político, ou há indícios de que sejam guiadas por interesses particulares?*

Em outras palavras, a ampliação dos conflitos ecológicos distributivos, que é um efeito esperado das constatações do IPCC, é uma decorrência necessária do combate às mudanças climáticas, ou é parte de uma política de poder de países ou grupos que visam algum benefício em causa própria?

Talvez ainda pareça contraditório que uma indagação como essa se baseie primeiramente em dados do IPCC, o mesmo objeto que se pretende analisar. Um motivo para proceder dessa maneira é que os relatórios do IPCC não são produções científicas *per se*, e sim compilações da produção científica mundial em diversas áreas do conhecimento ligadas às mudanças do clima. Na

elaboração dessas compilações colaboram diretamente centenas de especialistas, e são levadas em conta numerosas teorias e abordagens. Isso talvez já confira um grau significativo de legitimidade aos relatórios.

Mas há ainda outro motivo, que também decorre do fato desses relatórios serem compilações abrangentes. Qualquer abordagem científica que fosse aqui eleita para guiar uma análise desde fora sobre o IPCC estaria sujeita a ouvir do Painel a seguinte réplica. Primeiro, que seus relatórios se baseiam nas mais recentes descobertas, levam em conta numerosas correntes científicas, e contam com a colaboração e o respeito de uma parte significativa da comunidade científica mundial. Segundo, que na elaboração desses relatórios foram levados em conta numerosos pontos de vista relevantes para os assuntos considerados, e ao final chega-se a formulações que são acordadas entre estudiosos de diversas opiniões concorrentes. E terceiro, que qualquer opinião científica que discorde do relatório final se enquadra em uma dessas duas situações: ou não foi levada em conta por não possuir expressão suficiente na comunidade científica, ou já foi levada em conta na elaboração do relatório e cedeu diante de outros pontos de vista, mais fortes e melhor aceitos entre os especialistas. Em outras palavras, o IPCC não almeja menos do que estabelecer um paradigma.

Este estudo não pretende, com isso, adotar uma postura preconcebida e definitiva sobre um suposto diálogo com o IPCC. Tampouco pretende antecipar a resposta do Painel para furtar-se ao diálogo com ele. Mas essa resposta já existe como possibilidade, dada a própria natureza dos Relatórios de Avaliação: compilações abrangentes (e seletivas) do conhecimento científico (relevante) relacionado aos assuntos investigados. Nessa formulação o fato das compilações serem abrangentes traz consigo o germe da seleção, da formação de consensos sobre quais pontos de vista serão ou não expressados no relatório; e o fato de se levar em conta o conhecimento científico sobre um assunto inclui o perigo de que sejam eliminadas de antemão as opiniões mais díspares e de menor aceitação entre os especialistas. Nesse sentido a utilização de uma abordagem diferente para criticar os relatórios do Painel poderia ser enquadrada como inexpressiva diante das abordagens alternativas, ou como irrelevante para a comunidade científica.

Confrontar opiniões contrárias com argumentos desse tipo pode ocorrer quando se trata de compilações generalizantes. Elas podem ser um bom parâmetro do conhecimento científico mais atual disponível, mas ao

mesmo tempo podem não ir além do conhecimento médio, do conhecimento relativamente indisputado e que consegue angariar algum consenso sobre si. Contextos assim podem tolher a criatividade e a inovação, podem dificultar a quebra de paradigmas que é um dos motores do avanço científico<sup>37</sup>. Contextos assim colocariam um Darwin, um Galileu e um Giordano Bruno em maus lençóis perante o conhecimento hegemônico da época.

Evitar comparações externas é intrínseco a registros totalizantes como os relatórios do IPCC. Contra uma lógica desse tipo não haveria argumento capaz de justificar uma crítica de fora. A saída que este estudo encontrou foi efetuar essa crítica desde dentro, partindo dos próprios dados e das próprias abordagens adotadas pelo Painel. O que se faz aqui é tão somente o que foi descrito anteriormente: avaliar os possíveis resultados das sugestões do IPCC, para neles procurar possíveis indícios de parcialidade.

Cabe lembrar que as mudanças climáticas constituem riscos geopolíticos, ou seja, riscos advindos do perigo contido em certas decisões políticas. Mais do que isso, os riscos podem ser utilizados de maneira instrumental no debate político, como ferramentas de poder de um ou alguns atores sobre os demais. Nesse sentido o risco é um elemento central no debate geopolítico – e o risco das mudanças climáticas é um elemento central no debate ecológico.

Se as populações e os países ricos insistirem em manter seu padrão de vida e seu crescimento econômico, o resultado pode ser a perpetuação da desigualdade distributiva das facilidades ambientais – do *status quo* ecológico vigente, evidenciado pelo Ecologismo dos Pobres. Para tanto faz sentido imaginar que eles poderiam tentar criar e transmitir às populações e aos países mais pobres uma ideia de risco climático que perpetue e talvez intensifique essa desigualdade ecológica distributiva. Sendo assim os ricos podem estar satisfeitos com as respostas às três perguntas do capítulo anterior, pois elas indicam que os conflitos ecológicos distributivos decorrentes das mudanças climáticas são fortes na atualidade, que tendem a aumentar no futuro com os impactos do clima, e que o combate às mudanças climáticas também os intensifica. Essa coincidência entre os interesses dos ricos e as constatações apresentadas pelo IPCC

<sup>37</sup> Sobre o papel da criatividade no trabalho científico vide NISBET, 1994. Sobre paradigmas e sua quebra vide KUHN, 1994.

legítima o Problema de Pesquisa deste estudo, sobre a possível parcialidade das constatações do Painel<sup>38</sup>.

O próprio RA4 equaciona essa questão, ainda que não a apresente em termos de grupos políticos distintos. O Relatório diz que, quanto ao nível necessário de combate às mudanças climáticas, o que está em jogo é um processo de gerenciamento do risco, que precisa levar em conta dois fatores-chave. O primeiro é o custo econômico de acelerar as reduções nas emissões de gases de efeito estufa. O segundo fator são os riscos climáticos, de médio e longo prazo, gerados pela demora em reduzir essas emissões. Esses dois fatores se contrapõem, como os dois pratos de uma balança. (IPCC, 2007c, p. 18)

O IPCC tem consciência do segundo prato dessa balança (os riscos climáticos que podem resultar da demora em reduzir as emissões); ele sabe que quanto maior a demora, mais difícil reduzir emissões mais tarde. Por exemplo, a demora leva a um comprometimento cada vez maior com uma infraestrutura e uma trajetória de desenvolvimento que dependem de emissões intensas de gases de efeito estufa. E sem dúvida o IPCC sabe da gravidade que os impactos climáticos podem ter sobre o mundo como um todo e sobre cada região em específico. Ao mesmo tempo, com relação ao outro prato da balança (o custo de reduzir as emissões) é possível identificar no discurso do IPCC duas faltas graves, que talvez não existissem se ele desse uma atenção maior ao Ecologismo dos Pobres. Ambas as faltas dizem respeito à mensuração desses custos de redução de emissões.

A primeira falta se refere ao caráter unidimensional dos cálculos do IPCC. Como recorda Martínez Alier, há várias formas de se atribuir valor às facilidades ambientais, das quais a equivalência monetária é apenas uma possibilidade (MARTÍNEZ ALIER, 2007, p. 45). Não que o IPCC ignore outras modalidades de valor como o histórico, o científico, o cultural ou o valor da vida humana. A importância desses aspectos é lembrada em passagens do Quarto Relatório. Mas na hora de discutir o valor de determinado recurso, a magnitude de determinado impacto ou as vantagens de uma medida de resposta, a valoração crematística ou pecuniária é, no mais das vezes, predominante. Com relação aos impactos do clima são apresentadas quantificações mais variadas, como o número de pessoas

<sup>38</sup> Essa ideia também se apoia em Ulrich Beck, que sugere que o risco pode funcionar também como uma forma de negócio. Vide BECK, 2005, 2007.

afetadas pela seca, ou a redução percentual das lavouras. Mas, no caso das respostas adaptativas e mitigatórias, as oportunidades e dificuldades relacionadas geralmente são apresentadas em termos econômicos; isso ocorre quando se fala de potencial para novos negócios, abertura de mercados, necessidade de investimento etc. O valor em termos econômicos não é o único presente, mas é o tempo todo retomado, e é o único que perpassa todos os assuntos e todos os setores. Quando os fenômenos são mensurados de maneira mais sistemática isso fica ainda mais evidente. Por exemplo, em vários momentos, quando são estimados os custos globais de estabilização das emissões, eles são apresentados em termos de redução do PIB (IPCC, 2007c, p. 12 e 18); e quando se calcula os custos das mudanças climáticas, eles são apresentados em termos monetários (IPCC, 2007b, p. 17). Quando as oportunidades de mitigação são definidas como oportunidades “sem pesares” (com custos líquidos negativos) o raciocínio também leva em conta apenas a dimensão econômica.

Há algumas justificativas possíveis para essa ênfase na valoração crematística. Muitas vezes é mais fácil calcular os preços nesses termos, e assim também pode ser mais simples compará-los. Também pode ser mais difícil atribuir valor utilizando formas de valoração não quantificáveis – por exemplo o valor histórico de Veneza, ameaçada pela elevação do nível do mar. Há ainda a dificuldade de saber exatamente quais os efeitos das mudanças climáticas, especialmente nos níveis regional e local; nesse caso é mais fácil ater-se a um nível mais facilmente apreensível (o global), e a um critério de mensuração talvez mais familiar (o econômico). E há a possibilidade de que essa preferência pela valoração crematística seja também para demonstrar, em uma linguagem comum e consagrada, o quanto é viável e desejável o desenvolvimento sustentável, que está intimamente ligado às respostas às mudanças climáticas.

Mesmo levando-se em conta todas essas possibilidades fica patente a desconsideração do IPCC para com a economia ecológica. Esta não significa apenas a internalização das externalidades ambientais (recursos e resíduos) em termos de “receitas” e “despesas”. Significa analisar o enfrentamento entre economia e meio ambiente levando-se em conta os diversos discursos de valoração. Especialmente no caso do desenvolvimento sustentável, avaliá-lo apenas em termos econômicos é uma simplificação que deturpa de modo significativo sua ideia original de atender às necessidades presentes sem dilapidar o patrimônio das gerações futuras.

Além da preferência por um sistema de valoração em detrimento dos demais, o IPCC apresenta uma segunda falta grave. Trata-se de que, dentro do sistema valorativo adotado, o IPCC dá uma ênfase maior aos custos das respostas climáticas, negligenciando de certa forma os possíveis benefícios. Por exemplo, no caso das oportunidades “sem pesares”, são levados em conta apenas os custos e os benefícios derivados diretamente da redução de emissões – e são deixados de fora os benefícios advindos das mudanças climáticas evitadas. O cálculo atenta apenas à valoração crematística, e ainda assim não a considera por completo. Nesse ponto serve como atenuante a incerteza científica (e econômica), que talvez impeça que todos os cálculos sejam feitos. Mas ao mesmo tempo existe um agravante: cria-se a impressão de que o IPCC se preocupa mais em mostrar que a mitigação é cara do que em salientar que, mesmo sendo cara, ela pode trazer benefícios ainda maiores. Essa tendência reforça uma outra, já discutida, que aponta possíveis vantagens que os países ricos teriam com um aumento moderado na temperatura global.

Na verdade essas duas faltas são graves apenas pressupondo que o IPCC se mantém neutro do ponto de vista político. Nesse caso ele talvez pudesse ter feito esforços mais claros para levar em conta outras formas de valoração, e para apresentar de modo mais completo a forma de valoração à qual ele se dedica mais, a crematística. Na impossibilidade de proceder dessa maneira poderia no mínimo ter deixado claro quais eram suas intenções originais, e o que lhe impediu de completá-las. O Painel não fez nenhuma dessas coisas. Assim o leitor do Quarto Relatório talvez conclua que não era o objetivo do IPCC avaliar diversas modalidades de valoração, e nem avaliar qualquer uma delas a fundo; no mínimo seria possível concluir que essas pretensões não figuram entre os objetivos centrais do Painel. O caso fortalece a hipótese de que o IPCC talvez não seja imune aos jogos de interesses dos atores ecológicos.

A esta altura o embasamento teórico apresentado nestas Considerações Finais permite constatar que, apesar do IPCC defender que seus relatórios são imparciais, eles na verdade constituem análises prescritivas. Isso ocorre na medida em que eles encaminham os formuladores de política em direção a determinadas opções e linhas de conduta que não são e nem poderiam ser neutras. Weber é quem afirma que é impossível realizar escolhas desvinculadas de valores. Por mais que o IPCC se esforce as possibilidades exibidas em seus relatórios se baseiam em escolhas – utilizando critérios

científicos, mas ainda assim escolhas. E como tal refletem, em alguma medida, os valores defendidos pelos agentes que fazem essas escolhas quando optam por uma teoria, quando incluem determinado dado, quando suprimem certas expressões ou quando decidem quais exemplos serão citados.

Nestas Considerações Finais é preciso encaminhar as ideias de uma forma mais geral, em seus grandes eixos. Mas para que elas não fiquem apenas no plano da abstração, as observações teóricas que tiveram lugar até aqui devem ceder espaço a alguns exemplos concretos. A função desses exemplos é ilustrar como a prática acompanha a teoria. Exemplos mais detalhados e minuciosos, assim como uma apresentação mais cuidadosa da teoria, já tiveram lugar nos capítulos anteriores. As Considerações Finais não são um espaço de análise – decomposição em elementos integrantes – mas sim de síntese – recomposição desses elementos em um todo articulado e portador de algum sentido.

Isso posto, seguem quatro exemplos que visam corroborar a hipótese da parcialidade do IPCC. Esses exemplos tratam da mitigação florestal, do setor dos transportes, da questão da tecnologia e da taxação das emissões de GEEs.

O primeiro exemplo se refere à mitigação no setor florestal. O IPCC dá destaque a essa modalidade de mitigação, apontando que ela pode reduzir as emissões e aumentar a absorção do CO<sub>2</sub> de modo significativo e a baixo custo (IPCC, 2007c, p. 14). Isso não deixa de ser verdade. Mas quando se consulta a versão completa do Quarto Relatório percebe-se que o potencial econômico esperado da mitigação florestal supera apenas dois dos outros seis setores considerados – no caso, os setores de transportes e de resíduos. Nesse quesito o setor florestal fica atrás do suprimento energético, da indústria, da agricultura e, principalmente, do setor de edificações (IPCC, 2007g, p. 552-553 e 562-563).

A descrição do setor florestal, da forma como ocorre no Resumo para Formuladores de Política, confere uma importância bastante inflacionada às florestas tropicais e à redução do desmatamento. O risco criado, que é sempre uma interpretação dos perigos descritos, parece bastante exagerado, e a importância da proteção das florestas tropicais estaria artificialmente superestimada.

A proposta desses Resumos, vale repetir, é apresentar os assuntos de forma que sejam compreendidos por não especialistas. São esses Resumos

que serão lidos pelos governos, e que servirão de parâmetro para as políticas climáticas. No caso apontado a compreensão não parece ser clara o suficiente; ela dá margem a interpretações díspares, talvez com graves consequências para as políticas governamentais formuladas a partir delas. Essa falha evidencia no mínimo algum grau de insucesso em confeccionar os Resumos segundo sua proposta original.

Um segundo exemplo é o do setor dos transportes. Apenas para esse setor o potencial econômico da mitigação foi apresentado somente em seu total mundial, sem distinguir a parcela dos países desenvolvidos ou a dos países em desenvolvimento. Uma nova visita à versão completa do Relatório revela ainda que muitos dados desse setor nem chegaram a ser incluídos no Resumo para Formuladores de Política, sob a justificativa de que os mesmos se encontram incompletos (IPCC, 2007g, p. 632).

É importante notar que a inclusão desses dados guardados, mesmo que incompletos, faria com que o setor dos transportes fosse o único em que os ganhos econômicos da mitigação seriam maiores nos países desenvolvidos, e não no mundo em desenvolvimento (cf. IPCC, 2007g, p. 632). Como contrapartida os países desenvolvidos é que teriam que se comprometer com a maior parte dos esforços de mitigação nesse setor. E não teriam como se esquivar disso, pois são os principais detentores dos recursos (tecnológicos e financeiros) necessários para tanto. Talvez os números do setor de transportes sejam menos relevantes que os do setor florestal, mas deixá-los de fora pode transmitir a falsa impressão de que a mitigação sempre tem maiores resultados nos países em desenvolvimento. Isso não chega a constituir uma falha no Relatório, mas pode ser mais um indício de que os países ricos talvez queiram se livrar dos custos do combate às mudanças climáticas transferindo-os para os países em desenvolvimento, e para os setores e assuntos mais diretamente ligados a esses países.

Um terceiro exemplo que corrobora a ideia de parcialidade nos relatórios do IPCC diz respeito às tecnologias mitigatórias. Para desenvolver novas tecnologias e aprimorar as atuais, o Painel diz que é preciso acelerar o ritmo da economia como um todo (IPCC, 2007c, p. 16). Mas uma economia mais rápida significaria um consumo maior de matérias-primas e uma maior quantidade de resíduos sendo lançados no ambiente. Em termos gerais isso pode significar uma ampliação das emissões globais de gases de efeito estufa.

O Painel aponta uma alternativa à mitigação pela tecnologia. Trata-se da mitigação dos gases de efeito estufa advindos do uso da terra e do setor florestal. Essa opção proporcionaria algumas vantagens, como uma melhor relação custo-benefício para se atingir a estabilização das concentrações dos GEEs. A bioenergia, uma energia renovável ligada ao uso da terra (agrícola e florestal), também pode oferecer uma contribuição substancial para a mitigação. O IPCC aponta ainda que o setor florestal sozinho pode trazer mais vantagens à mitigação do que o investimento em energias renováveis ou em captura e armazenamento de carbono.

Fazendo ressalvas à mitigação pela tecnologia, e enaltecendo a mitigação agrícola e florestal, fica a impressão de que o Painel preferiria desencorajar a primeira e incentivar a segunda. Isso significaria promover um tipo de mitigação com incumbências maiores para os países em desenvolvimento do que para os países desenvolvidos.

Talvez isso também tenha algo a ver com a difusão tecnológica. Os países desenvolvidos talvez não queiram abrir mão do controle sobre as tecnologias que produzem, ou dos lucros que podem obter transferindo-as para os países em desenvolvimento.

Ainda com relação à tecnologia, os países desenvolvidos têm a vantagem da iniciativa. Eles têm poder para decidir se o investimento em novas tecnologias será um dos caminhos adotados para a mitigação das mudanças climáticas. E eles podem muito bem recusar esse caminho. Ao mesmo tempo a opção pelo setor florestal pode lhes parecer mais atraente. Ela exigiria um envolvimento maior dos países em desenvolvimento, e os países desenvolvidos não teriam que pagar a conta sozinhos. Aliás, eles poderiam tentar transferir uma parte desproporcional dessa conta para os países em desenvolvimento, como é praxe em um mundo de conflitos ecológicos distributivos.

E ainda, concentrar os esforços sobre as florestas desviaria a atenção de setores que exigiriam mais comprometimento e recursos dos países desenvolvidos. Talvez seja esse o caso do setor dos transportes, tão ilustrativo do modo de vida dos mais ricos, e tão prejudicial à vida de todos.

O exemplo final remete à ideia de estabelecer um preço para o carbono. Trata-se de cobrar pela emissão de GEEs (medidos em CO<sub>2</sub>-eq), de acordo com seu custo para a sociedade. Esse valor, medido em termos

monetários, pode ser calculado de várias maneiras. Por exemplo, de acordo com o custo dos impactos climáticos gerados pela inclusão de certa quantidade adicional de carbono na atmosfera; ou então pelo custo de evitar que determinada quantidade adicional de carbono seja emitida (IPCC, 2007g, p. 811, 2007f, p. 881).

A proposta do IPCC de dar preço ao carbono indica que o Painel pode ter afinidade com a percepção liberal dos países desenvolvidos, segundo a qual o mercado pode salvar o mundo – inclusive das mudanças climáticas. Dar preço ao carbono seria um primeiro passo para criar impostos sobre ele. E com impostos sobre o carbono haveria incentivos para produtores e consumidores buscarem produtos, tecnologias e processos com baixa emissão de GEEs. Impostos mais altos levariam produtores e consumidores a procurar alternativas mais baratas, e que gerem menos emissões. Reconhecendo essa oportunidade os investidores passariam a promover o desenvolvimento de novas tecnologias, mais limpas. Assim o mercado induz a mudanças tecnológicas e nos hábitos de consumo.

Oportunidades econômicas são geradas e aproveitadas. Esse é um mecanismo de deslocamento de lucros: o lucro obtido nos setores com maior emissão vão migrando para setores novos, de menor emissão. Taxar os GEEs faz, por exemplo, com que os investimentos em combustíveis fósseis se transfiram para as energias alternativas. Essa é uma saída tipicamente liberal para a questão climática. Em última instância a redução de emissões não é dada pelo avanço tecnológico ou pelo investimento; é dada pelo próprio mercado, como resposta a uma nova demanda. Nesse sentido o investimento e as novas tecnologias são apenas ferramentas do mercado.

Essa saída agrada aos países desenvolvidos porque não vai contra a economia tradicional (não ecológica), nem se opõe ao crescimento econômico. É uma saída que se imagina compatível com a salvação do planeta e com a implantação de um modelo mais sustentável de desenvolvimento.

Esse raciocínio mercadológico reforça os conflitos ecológicos distributivos. Por exemplo, através do comércio de créditos de carbono entre os países, que é a compra e venda internacional de direitos de emissão. Isso nada mais é do que a transferência do custo da poluição dos países ricos para os países pobres; ao mesmo tempo é a transferência de recursos ambientais dos países pobres para os países ricos. Segundo Alier é justamente disso que trata o Ecologismo dos Pobres: do deslocamento geográfico das fontes de

recursos e das áreas de descarte de resíduos, cada vez mais deixando os países ricos, e cada vez mais rumando em direção aos países pobres.

A ampliação dos conflitos ecológicos distributivos tende a prejudicar o mundo todo. Ela deve desgastar ainda mais as capacidades dos Estados de combater as mudanças climáticas. Os países, principalmente os em desenvolvimento, devem ter sua vulnerabilidade aumentada, e devem perder capacidade de adaptação e de mitigação. A pressão sobre os recursos deve aumentar, e com ela os esforços pela subsistência. Os países em desenvolvimento terão maior necessidade de auxílio internacional, enquanto os desenvolvidos sofrerão maiores pressões para conceder ajuda. Se o mundo ruma para um aumento dos conflitos ecológicos distributivos, o combate às mudanças do clima se torna uma tarefa cada vez mais árdua.

Esses quatro exemplos mostram como devem ocorrer na prática os desenvolvimentos descritos pela teoria. Em suma o que se observa é que, à luz dessas projeções, e ainda dentro da lógica de mercado, os países desenvolvidos podem tentar transferir parte dos custos da estabilização das emissões para os países em desenvolvimento. Um caminho para se fazer isso seria convencer os governos de que os países pobres têm uma participação significativa na origem e no aumento futuro das mudanças climáticas. Estratégias nesse sentido incluem discursos que evocam a explosão demográfica das já imensas populações pobres, e o anseio destas em consumir segundo os padrões da Europa e da América do Norte. Outro caminho, que não decorre necessariamente do anterior, seria convencer os governos de que a solução para as mudanças do clima passa pelos países em desenvolvimento, e depende de que estes aceitem seu papel de “salvadores da humanidade”. Estratégias nesse sentido incluem discursos de valorização das oportunidades presentes nesses países, como as florestas. Incluem também discursos que desqualificam as oportunidades características dos países desenvolvidos, como o investimento em tecnologia e alterações nos hábitos de consumo.

A esta altura a conclusão já não deve causar espanto. Há fortes indicações de que o pacote de respostas do IPCC às mudanças climáticas pode favorecer interesses particulares, e não o bem da coletividade. Indicações assim são visíveis em diversos pontos deste trabalho.

Tais indícios apontam que os interesses que podem ser beneficiados pelo Painel são os dos países desenvolvidos, que se fortalecem com os

conflitos ecológicos distributivos e que talvez tenham algo a ganhar com um aquecimento global ameno. Esses indícios também ajudam a compor um quadro geral do IPCC e de sua atuação. E embora eles já tenham sido apontados em diversas críticas feitas ao Painel, este estudo acredita que pela primeira vez eles são recuperados dentro de uma exposição mais sistemática, que oferece uma visão mais completa do conjunto, e que os situa dentro de um arcabouço teórico consistente – o Ecologismo dos Pobres.

Olhando retrospectivamente, e à luz desses indícios, outras características do IPCC corroboram a hipótese de que no fundo essa pode ser uma instituição parcial. É o caso, por exemplo, do processo de revisão dos relatórios, descrito no segundo capítulo. Após três etapas de revisão o relatório (e seu Resumo para Formuladores de Política, quando houver) é apresentado à plenária do Grupo de Trabalho que o preparou. O GT então decide se o relatório será aceito (e se o Resumo será aprovado). Acontece que as etapas de revisão (com exceção da primeira) e a reunião plenária são abertas aos governos (PROCEDURES ..., 2003, p. 2-3 e 7). Não é gratuita a fama que o IPCC tem de ser um “anfíbio”, um fórum misto onde cientistas e representantes dos governos se encontram.

Nessas ocasiões os governos podem fazer valer seus interesses nacionais, paralisando o avanço das discussões enquanto suas objeções não são minimamente satisfeitas. Essas objeções geralmente se referem à atenuação ou à supressão de passagens do texto original. Por exemplo, em 2001 a Arábia Saudita obstruiu por algum tempo a aprovação do Resumo do GT II do Terceiro Relatório de Avaliação. O motivo foi seu descontentamento com a alta carga de responsabilidade atribuída ao petróleo, fonte de sua prosperidade. De modo semelhante no Quarto Relatório, em 2007, a aprovação do Resumo do GT II sofreu forte oposição da Arábia Saudita, da China, da Rússia e dos Estados Unidos. Esses países insistiam em negar algumas evidências científicas que iam contra seus interesses. Tais trechos foram suprimidos, como uma barganha necessária para que o documento fosse aprovado de forma consensual entre todos os governos (RICUPERO, 2007, p. 150-151). Nessas ocasiões o IPCC revela uma importante faceta: a de arena onde se digladiam interesses distintos, onde ocorre um jogo de forças que é vencido por quem tiver o maior poder de negociação.

A ideia de que o IPCC é parcial, sujeito aos interesses dos países ricos, envolve mais do que o triunfo do interesse de um país ou grupo de



países. Essa parcialidade não é constituída por um jogo de forças qualquer ou por atores quaisquer; são embates e atores datados historicamente, e inseridos em um contexto. Jean-Pierre Dupuy, conforme visto no primeiro capítulo, considera que um dos grandes temas do ecologismo é a crítica das ferramentas e do modo de produção industrial (DUPUY, 1980, p. 34). Na sociedade industrial, segundo Dupuy, os laços de solidariedade são substituídos por uma trama artificial: os homens deixam de consumir o que produzem e de produzir o que consomem, deixam de reconhecer os resultados de suas ações e passam a produzir movidos apenas por um autointeresse egoísta. Com isso cria-se um ciclo vicioso e paradoxal, a *contraprodutividade*, na qual a escola emburrece o homem, o transporte o imobiliza, as comunicações o ensurdecem e emudecem, e a medicina o faz adoecer. Talvez ocorra o mesmo dentro da ordem ambiental internacional das mudanças climáticas: o painel científico criado pelas nações unidas para ajudar a responder às mudanças do clima talvez tenha se tornando um fórum viciado e pouco eficaz, conduzido por uma oligarquia autointeressada. Como resultado talvez seja mais difícil combater as ameaças climáticas.

Os elementos apontados nestas Considerações parecem suficientes para identificar traços de parcialidade nos relatórios do IPCC. Mas identificam também possíveis sinais de que um ciclo de contraprodutividade esteja em operação. Com isso o IPCC talvez não sirva para dar respostas às mudanças climáticas; talvez, em algumas situações, ele chegue até mesmo a agravar essas mudanças.